Geovani Németh-Torres

De Parnaíba às Lavras do Funil:

Subsídios para a História das Origens de Lavras, 1712-1729

GEOVANI NÉMETH-TORRES

DE PARNAÍBA ÀS LAVRAS DO FUNIL:

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DAS ORIGENS DE LAVRAS, 1712-1729

Edição do Autor

Lavras – MG

2012

Série Lavrensiana, Volume III

Endereço para correspondência: Rua Tiradentes, 159. Centro. Lavras (MG). CEP: 37.200-000.
E-mail: nemeth.torres@yahoo.com.br
Internet: http://historiadelavras.blogspot.com

Németh-Torres, Geovani
De Parnaíba às Lavras do Funil: Subsídios para a História das Origens de Lavras, 1712-1729 / Geovani Németh-Torres. – Lavras, MG: Edição do Autor, 2012.
28 p. : il.

1. História do Brasil. 2. Lavras. 3. Carrancas. 4. Bandeirantismo. I. Título.

ISBN: 978-85-911368-2-7 CDD – 981.51

Capa: Mapa da extensão da Vila de Campanha da Princesa, 1800. Arquivo Histórico Ultramarino, códice n.º 2166.

1.ª Edição

“Para esse investir com o desconhecido não basta o simples anelo das riquezas: requerem-se sobretudo uma vontade, uma pertinácia, um destemor estóico e até uma constituição física privilegiada”.

Euclides da Cunha, 1907

*   *   *

“Faço saber aos que esta minha carta de Sesmaria virem, que tendo respeito a me representar por sua petição Diogo Bueno da Fonseca, que haveria, trinta anos pouco mais ou menos, fora em companhia de seu pai Francisco Bueno da Fonseca com grande risco de sua vida e despesas a descobrir e povoar o sertão do Rio Grande abaixo, e Capivari, comarca do Rio das Mortes, e freguesia das Carrancas, donde o suplicante mora, com bastante família”.

José Antônio Gomes Freire de Andrade, tenente coronel de Cavalaria e governador da capitania das Minas Gerais. Carta de Sesmaria, 30 jan. 1753.

Prefácio

Em 11 de setembro de 2012 participei de uma reunião do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Lavras em que o conselheiro Wagner Raimundo Gonçalves comentou a promulgação da lei n.º 3.845, de 14 de junho de 2012, que institui o dia 26 de julho de 1720 como data comemorativa da fundação do arraial das Lavras do Funil. Foi também lembrada a fonte mais antiga a descrever o ano de 1720 para a chegada dos fundadores, e que o dia 26 de julho foi uma opção em referência à Sant'Ana, a padroeira da cidade desde seus primórdios. Para lembrar este fato e também começar a estimular a futura e não tão distante comemoração do tricentenário de Lavras, algumas ações foram planejadas e iniciadas.

De minha parte, eu disse que outrora havia lido certas informações contrastantes daquilo que já estava consolidado na historiografia local sobre as origens do arraial, me dispondo a averiguar e escrever uma nota para o jornal.

Bom, o resultado, como se vê, foi que a pequena notícia tomou corpo a partir de algumas descobertas interessantes e acréscimos de fontes inéditas – ou melhor –, desconhecidas de nossos antigos historiadores. Uma destas descobertas, confesso, foi grande estímulo para publicar este trabalho antes de 28 de outubro deste ano. O motivo o leitor logo encontrará nas páginas seguintes.

Certamente ainda restam muitas indagações sobre a aurora de Lavras, porém espero que este esforço em dar subsídios à nossa historiografia desperte a atenção de nossos conterrâneos, principalmente dos jovens, que tão pouco conhecem o passado do lugar em que vivem.

O autor

P.S.: *Se existem dúvidas sobre eventos que aconteceram em nossa região há poucos séculos, o que falar daqueles ocorridos há alguns milênios? Eis um tema que mereceria mais atenção em outro momento. A breve observação sobre os tempos remotíssimos de Lavras, pela qual agradeço ao meu colega* Márcio Mota Pereira *pelas orientações em Arqueologia sul-mineira, tem uma finalidade bastante clara: quer saber quem foram os primeiros moradores de Lavras? Ora, os índios!*

ÍNDICE

1 A HISTÓRIA DA HISTÓRIA

O dia 28 de outubro de 2012 é o aniversário de 300 anos de um fato diretamente ligado à origem de Lavras e, com esta publicação, esperamos dar início à contagem regressiva para a comemoração do tricentenário de fundação de nossa comunidade. De certo ainda pairam algumas névoas sobre as origens da povoação, mas novas informações até agora inéditas em nossa historiografia local podem lançar luz sobre quando e porque os primeiros colonizadores se estabeleceram aqui.

É, pois, importante começar este estudo com uma apresentação sequencial de obras que formam o *corpus* da História Geral de Lavras, isto é, a bibliografia publicada neste tema disponível nos arquivos públicos locais e que discutem como ocorreu nossa formação.

A tentativa inicial de estabelecer a história da fundação de Lavras se deve ao grande professor Firmino COSTA, que desde 1907 já se debruçava sobre a questão em seu jornal *Vida Escolar* [n. 1]. O ilustre pedagogo considerava a data aproximada de 1729 para a povoação, com base em informação contida no documento mais antigo a descrever o território lavrense, a Carta de Sesmaria de 1737. Sua transcrição se encontra no capítulo 8.

Figura 1: **Mapa modificado do município de Lavras, a partir do *Album Chorografico* (1927)**. Escala 1:200.000. A linha laranja foi acrescentada a partir da descrição dos marcos de sesmaria de 1737. Este território equivaleria hoje a toda região rural entre o Rio Grande e zona norte da cidade. Note que o distrito de Conceição, no mapa de 1927, é hoje o município de Ijaci. Em 1753 novas cartas de sesmaria seriam dadas aos Bueno da Fonseca e outros moradores, estendendo ao sul os limites do povoado até a Serra das Carrancas.

Enquanto o professor Costa pesquisava, o comendador Ângelo Eloy da Câmara (cunhado do Dr. Álvaro Botelho) enviou-lhe uma carta com a descrição de informações contidas no *Diccionario Geographico* de Milliet de SAINT-ADOLPHE [1845], carta esta publicada em *Vida Escolar* [n. 7]:

> Recordando-me de que em notícia dada há muitos anos atribuíra a fundação de Lavras ao ano de 1720, e não me lembrando em que me baseara para assinalar essa data, resolvi recorrer aos antigos historiadores e geógrafos. No "Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo" de J. C. Milliet de Saint Adolphe, editado e trasladado em Português do manuscrito inédito francês pelo Dr. Caetano Lopes de Moura, edição de 1845, Paris, achei à página 556, volume 1.º, o seguinte: "*Lavras do Funil. Pequena vila da província de Minas Gerais, 15 léguas ao nordeste da cidade de Campanha e 40 ao oeste sul do oeste da de Ouro Preto, em 21º 17' de latitude. Teve princípio em 1720, época em que se descobriram em suas adjacências alguns vieiros d'ouro abundantes que foram lavrados pelos paulistas, aos quais se agregaram muitos dos moradores da província, os quais aplicando-se especialmente ao amanho e cultivo das terras vendiam por alto preço aos mineiros os viveres de que necessitavam. Havia-se ali edificado uma igreja, a N. S. da Conceição, que foi tida em conta de paróquia desde o ano de 1724, posto que não alcançasse definitivamente este título senão no ano de 1813, por resolução régia de 19 de julho, que anexou ao distrito da vila de São João del-Rei. Foi esta freguesia afinal criada vila por lei de 13 de outubro de 1831, que lhe assinalou por distrito o termo de sua freguesia e o de Dores-do-Pântano*". Continua descrevendo ruas, igrejas, edifícios, profissões adotadas, meios de transporte, etc., com esta apreciação: – "*Esgotadas as minas aplicaram-se os habitantes a agricultura, comércio, e outros ramos de indústria; assim observa-se neles certo ar de opulência que raramente se encontra naqueles que se obstinam na extração de ouro que se tornou raríssimo*" – e conclui avaliando a população do distrito em 12.000 habitantes.

Ainda em sua carta, o comendador Eloy da Câmara elabora várias considerações sobre esta fonte, algumas incorretas, outras de bom valor. Não há, porém, precisão sobre a data de 1720. O autor salienta que

> convém notar que Millet de Saint Adolphe, em cuja obra, como nas de outras historiadores e cronistas, encontram-se lacunas e inexatidões. Residiu no Brasil mais de 26 anos, peregrinando em algumas províncias, compulsando os livros que pôde encontrar, coligindo com rara dedicação informações, leis, decretos e decisões do governo concernentes a novas criações de províncias, cidades, vilas e freguesias, e que o dicionário foi corrigido com as informações e esclarecimentos de pessoas competentes, entre as quais estão os nomes de Evaristo Ferreira da Veiga e Baptista Caetano de Mello. O general Raymundo José da Cunha Mattos, falecido em 24 de fevereiro de 1839, um dos colaboradores do dicionário de Saint Adolphe, deixou um manuscrito inédito em três volumes existentes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, com o título: *Chorographia Histórica da Província de Minas Gerais*. Traz minuciosas estatísticas, mas nada adianta a respeito de datas, e confunde Lavras com Carrancas.

Figura 2: **Firmino Costa (1869-1939)**, grande educador do início do Século XX e primeiro historiador de Lavras.

Em 1911, quando Firmino COSTA publica sua segunda *História de Lavras* na *Revista do Archivo Público Mineiro*, foram incluídos os acréscimos sugeridos por Eloy da Câmara. A dualidade nas datas permanecia, pois ainda faltavam maiores dados sobre os personagens, datas, locais e motivos do estabelecimento do primeiro povoado. De certo os historiadores conterrâneos posteriores trouxeram novas descobertas e hipóteses para responder a estas dúvidas, mas por décadas as duas datas foram utilizadas, inclusive em publicações oficiais.

Ressalte-se que em 1918 o professor Firmino Costa redigiu ao jornal local *O Município* uma ampliada *Chronologia de Lavras*, em comemoração ao cinqüentenário da elevação da vila à categoria de cidade. Assim, tornou-se tradição publicar nos periódicos lavrenses a cada decênio completado novos estudos históricos sobre nossa terra.

Nos anos 1920, é escrita a segunda monografia sobre as origens do arraial. Foi redigida pelo cônego Dom Hugo Bressane de ARAÚJO em 1925, e seu conteúdo se concentra nos primórdios da vida eclesiástica, a partir de farta documentação original disponível na diocese de Campanha. Sobre a fundação, Dom Araújo amplia o tema com a história do bandeirantismo e sugere motivos pelo qual a padroeira Sant'Ana fora escolhida, sem entretanto se aprofundar no problema da datação inicial do povoado. Há uma cópia do pequeno volume no Museu Bi Moreira, doada pelo autor "*à distincta Redação do 'Municipio', 31-XII-928*", jornal este que retribuiu a gentileza publicando longos trechos do opúsculo em suas páginas.

Deve-se ao genealogista lavrense Ary FLORENZANO o terceiro esforço em averiguar as nossas origens. Seu estudo de 1944 se encontra no *Anuário Genealógico Brasileiro* [v. 6-7] e aparentemente não está mais disponível nos arquivos locais, porém pude consultá-lo parcialmente pela Internet e por fontes secundárias. Neste levantamento, o estudioso considera o aspecto geográfico e toponímico do processo de colonização de nossa região, além de uma minuciosa análise da genealogia dos Bueno da Fonseca – que Florenzano prefere não considerá-los os fundadores de Lavras. Segue o trecho:

> Em 1720, mais ou menos, aportou às margens do Rio Grande, no município de São João d'El-Rei, uma bandeira paulista. Eram seus chefes: o mais velho, o Cap. Francisco Luiz Bueno da Fonseca seus filhos, os Capitães Manuel Francisco Xavier Bueno, Pascoal Leite Pais, Salvador Jorge Bueno, o Capitão-Mór Diogo Bueno da Fonseca e um seu parente, o Capitão de cavalos Pedro da Silva de Miranda, seus escravos e mais gente; deram o nome de Nossa Senhora da Conceição de Rosário da Cachoeira do Rio Grande, e ali erigiram uma capela com aquele nome. Deram então começo ao amanho das terras para o seu sustento e a extrair o ouro precioso das entranhas da terra, a desbravar e povoar esse sertão. Anos depois, fundaram o que se chama hoje o município de Lavras, com seus três mil quinhentos quilômetros quadrados. No entanto, não foram os Buenos, os fundadores dessa cidade, pois nada prova isso. O Capitão Francisco Bueno da Fonseca foi o administrador da capela enquanto viveu, e pelo seu falecimento, tanto a capela como a fazenda, vieram a desaparecer. Hoje, nesse lugar, só restam as pedras dos alicerces, que jazem cobertas pelas ervas daninhas e povoados pelas cascavéis. Com o falecimento do Capitão Francisco, em 1752, seus filhos já residiam no outro lado do rio, fundaram a capela de Nossa Senhora da Conceição do Rosário dos Serranos, onde teve começo um arraial com esse nome; mais tarde a sede do distrito extinto do Rosário, hoje distrito de Itumirim, do município de Lavras, sendo hoje um povoado abandonado.

Na década de 1940, outras obras também foram publicadas, como a *Sinopse Histórico Corográfica do Município de Lavras, Minas Gerais*, do professor Waldemar NOVAIS [c. 1945], e também o *Anuário Eclesiástico* da DIOCESE DE CAMPANHA [1948], ambos os trabalhos sendo sínteses das três fontes anteriores, com correções e vários acréscimos. Na década seguinte, em 1954, Fausto TEIXEIRA redigiu três cadernos manuscritos das *Efemérides Lavrenses*, grandemente influenciado pela pesquisa de Firmino Costa.

Atribui-se a Jacy de Souza LIMA a mais audaciosa tentativa de narrar a gênese de sua terra, em seu livro *Lavras de Ouro e das Escolas*, cujos capítulos estiveram presentes nas edições dos jornais *A Gazeta* [1958] e *A Tribuna de Lavras* [1968]. O autor diz se valer de registros antigos do bibliófilo e jornalista são-joanense Baptista Caetano de Almeida (1797-1839) para traçar uma origem ainda mais remota que a habitual datação 1720/1729. Em essência, ele afirma que havia um homem chamado Romualdo que se perdeu ou se afogou no Rio Grande, voltando como um milagre depois de um tempo, para espanto de seus companheiros. Em gratidão, Romualdo constrói uma capelinha em homenagem à Sant'Ana, santa de sua devoção. Há uma longa análise da historicidade deste evento em meu livro *Os 250 Anos da Paróquia de Sant'Ana*, o qual considero duvidoso. Por outro lado, ao trabalho de Lima cabe a primazia de apresentar o elemento quilombola no Século XVIII em nossa região, a partir dos estudos de Diogo de Vasconcelos.

Da produção historiográfica nos anos 1970 e 1980, os principais expoentes foram Sílvio do Amaral "Bi" Moreira, Carlos Moreira Santos e Hugo de Oliveira, e nas décadas de

1990 e 2000 os estudos de José Alves de Andrade, Eduardo Cicarelli e Marcio Vilela têm destaque. Certamente outros conterrâneos também escreveram obras de mérito sobre o passado lavrense, mas sendo trabalhos de temas específicos e diversos deste nosso, optei por não citá-los sob risco de injustamente esquecer algum. Há também muitas outras pesquisas de “estrangeiros” (isto é, não-lavrenses), e outras tantas dissertações acadêmicas a devassarem nossa história, porém sejam as distâncias físicas, sejam certas altas torres de marfim universitárias, suas descobertas e conclusões são como novas peças de quebra-cabeça que não se encaixam numa figura final.

Curiosamente, foi graças ao avanço tecnológico nos últimos tempos que este panorama começou a se alterar, sendo agora possível ter maior acesso, divulgação e troca de informações. Em verdade, percebe-se que muitos lapsos e falhas no conhecimento histórico local podem ser preenchidos ou corrigidos através de leituras e pesquisas feitas, em grande parte, por empenhados e minuciosos genealogistas. Vejamos a seguir como estes novos fragmentos de informação lançam luz para a compreensão da Lavras primordial.

2 A HISTÓRIA ANTES HISTÓRIA

Muitíssimo antes dos primeiros bandeirantes ocuparem Minas Gerais, paleoíndios já vagavam neste território entre 11 mil e 12 mil anos atrás, embora instrumentos líticos datados de até 20 mil anos a 15 mil anos também já foram detectados, mesmo sendo difícil sua interpretação e inserção no contexto temporal pré-histórico adotado para a região [PROUS, 1999: 102]. No Campo das Vertentes e Sul de Minas, há vários sítios arqueológicos que demonstram presença humana, como pinturas rupestres semelhante à Tradição Planalto na Serra do Lenheiro (em São João del-Rei), com datação sugerida entre oito e dois mil anos Antes do Presente [RESENDE *et ali*, 2010: 120], ou na Toca do Índio (em Andrelândia), onde carvões escavados no nível estratigráfico mais antigo foram datados em cerca de 3030 ± 240 A.P. [PEREIRA, 2007: 23].

Encontram-se no acervo do Museu Bi Moreira vários itens achados nas proximidades, como urnas cerâmicas, machados de pedra, ossos e cachimbos de barro. Muitas delas foram simplesmente encontradas por acaso por lavradores, e é uma pena que nos faltam maiores detalhes sobre estas peças, que podem ter séculos ou milênios de idade. Em Ribeirão Vermelho, município limítrofe a Lavras, existem dois sítios arqueológicos pré-coloniais,

Monte Alegre e Cacho de Ouro, além de terem sido identificados cinqüenta sítios arqueológicos (21 deles com vestígios indígenas e 29 com estruturas e materiais históricos), durante as campanhas de pesquisa em 2002 relacionadas à construção da Usina do Funil.

Também vale lembrar que a presença indígena é verificada na toponímia das adjacências em Tupi: Bocaina (depressão numa serra), Capivari (rio das capivaras), Ibituruna (serra negra), Ijaci (filha da lua), Ingaí (referência à árvore ingá), Itirapuã (monte redondo), Itumirim (cachoeira pequena), Itutinga (cachoeira branca), Macaia (seio da mata mãe), etc.

Já nos tempos históricos, podemos especular que havia aldeia de índios amistosos nas proximidades de Ibituruna – distante pouco mais de trinta quilômetros de Lavras –, quando lá pousou Fernão Dias entre 1674 e 1675; isto se este local fosse o mesmo da acolhida registrada pelo holandês Willem Glimmer na bandeira de André de Leão, em 1601, conforme as teses de DERBY [1899: 340] e BARREIROS [1979: 30-48].

Considerando o tempo que os bandeirantes permaneceram e suas características desbravadoras, é possível que desde aquela época algum explorador tenha feito uma passagem de reconhecimento na área ocupada pela nossa atual cidade. Todavia, é preciso ressalvar que se trata de meras conjecturas, pois não se encontram registros concretos que demonstrem qualquer estabelecimento prolongado nestas cercanias antes da terceira década dos Setecentos.

3 A COLONIZAÇÃO DO RIO DAS MORTES E EXPANSÃO AO OESTE

Vinte e sete anos separam a descoberta do ouro no Sertão dos Cataguases (1693) até a separação das capitanias das Minas Gerais e São Paulo (1720). Sendo este um tema já bastante estudado, não irei me delongar sobre a ocupação inicial dos bandeirantes[1]. Quanto ao Campo das Vertentes, pode-se dizer resumidamente que os primeiros núcleos de exploradores surgiram na virada do Século XVII para o XVIII em arraiais ladeados pelo Rio das Mortes que hoje correspondem aos municípios de São João del-Rei e Tiradentes. Posteriormente, novos povoados nasceriam nas áreas circunvizinhas onde se procurava ouro e também se cultivava a terra.

Um dos arraiais agrícolas que surgiram na estrada do Caminho Velho, por onde tinham que passar os que iam para as minas do Rio das Mortes e do Rio das Velhas, foi o de

[1] Ao leitor que estiver interessado em mais informações, consulte: NÉMETH-TORRES, 2010: 27-30.

Nossa Senhora da Conceição das Carrancas. Este local poderia ser habitado pelo capitão Manoel Garcia Velho desde 1701, e que depois, em 1718, foi confirmado por carta de sesmaria ao paulista João de Toledo Piza e Castelhanos, que há três anos morava na região [AMATO, 1996: 58]. Em agosto de 1721, sua neta, Branca Teresa de Toledo, recebia o sacramento do batismo ministrado pelo padre Lourenço de Toledo Taques na igreja de Nossa Senhora da Conceição do Rio Grande [DIOCESE DE CAMPANHA, 1948: 12].

Mais ao oeste, sempre tendo as áreas mineradoras do Rio das Mortes como epicentro, Jacy de Souza LIMA [1968] sugere um interessante fato que pode representar o verdadeiro prelúdio do povoamento de Lavras: em 1709, após a Guerra dos Emboabas, os refugiados paulistas teriam se deslocado às densas matas da Serra das Carrancas, assim chamada porque tem a originalidade de apresentar duas faces que se olham. Nestas paragens, segundo o autor, Amador Bueno da Veiga instalara sua célebre "Guarda" sobre o Rio Capivari, que recebeu dos passantes do Caminho Velho o apelido de "Guarda Corujas", porque eles permaneciam dia e noite vigiando a citada passagem nas proximidades da atual cidade de Itumirim. Ainda conforme Lima, entre estes refugiados estaria Francisco Bueno da Fonseca, patriarca da família que anos depois fundaria o Arraial dos Bueno, também conhecido por Campos de Sant'Ana das Lavras do Funil, ou simplesmente Lavras!

É realmente uma teoria bastante plausível que nossa região já era de conhecimento de Francisco Bueno antes dele propriamente se instalar aqui. Não obstante, esta instalação ainda demoraria alguns anos, já que após a guerra o ilustre paulista voltara à sua terra, onde teria papel relevante no acontecimento-chave de 1712 que provocou sua saída definitiva de São Paulo.

4 PEQUENA DIGRESSÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

Não se pode discutir qual foi a origem de Lavras sem antes defini-la histórico-geograficamente. Parece um tanto óbvio, mas a condição espacial de Lavras se alterou nestes últimos trezentos anos. Um exemplo é que a área do município, entidade política existente desde 1831, originalmente era cerca de seis vezes maior; a demarcação atual foi estabelecida em 1962, após o mais recente desmembramento, quando o distrito de Ijaci fora elevado à condição de município. E, mesmo antes da emancipação política, Lavras já era desde 1760 a

sede da paróquia de Sant'Ana, uma entidade administrativa eclesiástica que até meados do Século XIX cobria área ainda maior.

Talvez seja útil definir Lavras em dois níveis: o primeiro, mais amplo, é aquele correspondente à microrregião de Lavras, divisão sócio-histórico-econômica utilizada pelo IBGE e quase igual à área do município no início do Século XX; e o segundo, mais estrito, equivale a área ocupada pela atual zona urbana de Lavras.

Pois bem, em sentido amplo, o primeiro núcleo habitacional da microrregião de Lavras está em Carrancas (c. 1701), continuamente povoado pelo menos desde 1715 [AMATO, *op. cit.*]. Em sentido estrito, o primeiro arraial a ocupar a zona urbana de Lavras se originou em algum momento entre 1729 e 1751 – referências respectivas à carta de sesmaria de 1737 e ao pedido dos moradores do arraial ao bispo para construírem a capela de Sant'Ana que hoje é a igreja do Rosário [NÉMETH-TORRES, 2010: 37]. Ainda sobre a primitiva urbe, Eloy da Câmara recorre à tradição oral para contar que o povoado original ficava nas proximidades da Fazenda do Madeira, ao norte, de onde partia uma estrada que subia a colina em que a cidade nasceria. Aliás, segundo estimativa de Firmino COSTA [n. 7-8], em 1754 o arraial já possuía 43 casas.

Sob perspectivas diferentes, as duas datas (1715 e 1729) são aceitáveis para a pergunta de quando se deu o povoamento da região. Porém, povoar um território é diferente de constituir uma comunidade com vínculo social próprio, como é a comunidade lavrense. Nisto, as duas datas estão erradas. No primeiro caso, é curioso observar que se hoje Carrancas é uma pacata cidadezinha que orbita na "esfera de influência" de Lavras, até meados do Século XVIII a situação era inversa, quando a capela de Sant'Ana das Lavras do Funil era filial da matriz de Nossa Senhora da Conceição das Carrancas. E mais importante, não foram carranquenses – ao que tudo indica – os primeiros a habitarem a área da zona urbana lavrense, mas sim os *Homens Bons* de Parnaíba. Quanto à data aproximada de 1729, o problema em considerá-la é que a família fundadora já estava estabelecida na região numa comunidade anos antes, contudo habitando em local além do Rio Capivari. Retomemos então a história, para entender como e quando os Bueno da Fonseca aportaram nas Lavras do Funil.

Figura 3: **Matriz de Sant'Ana, 1800**. [Destaque no mapa da Vila de Campanha]. Esta é talvez a mais antiga representação da hoje chamada Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Lavras. Observe que não havia ainda a torre sul, construída apenas em meados do Século XIX.

5 O FEIO DE PARNAÍBA

Chega a ser surpreendente como em mais de cem anos de historiografia lavrense, a biografia dos fundadores tenha ficado praticamente ignorada dos estudos. Surpreendente, porém não inexplicável. De fato, é presumível que nossos pesquisadores buscavam apenas o nome "Francisco Bueno da Fonseca" nas fontes usuais, e quem o fizer pouco encontrará além deste nome nas cartas de sesmaria e na *Genealogia Paulistana* de Silva LEME [1903: v. I, 433]. Porém, o que passou despercebido de nossos historiadores conterrâneos é que Bueno da Fonseca tinha o apelido de "Francisco Bueno Feio" [IHGB, 1950: v. 3, 124], alcunha pela qual muitas outras informações são conhecidas.

Francisco Bueno Luiz da Fonseca nasceu em São Paulo, em data anterior a 1672[2]; na Internet se pode encontrar facilmente fontes afirmando que ele viera ao mundo em 1670, 1669 e 1656 – o que o faria ter vivido até a incomuns 96 anos de idade, pois sua morte ocorrera em 1752. Era filho de Diogo Bueno (1623-1700) e Maria de Oliveira (1633-1699), e neto de Amador Bueno (1575-1646) – este sendo lembrado como "*o Aclamado*" rei de São Paulo em 1641, dignidade oferecida pelo partido espanhol que o mesmo recusou, jurando lealdade à restaurada monarquia portuguesa. Francisco teve também onze irmãos citados no testamento de seu pai: o padre jesuíta Diogo Bueno, Manuel Bueno da Fonseca, Bartholomeu Bueno Feio, Antonio Bueno, Jeronymo Bueno, Bernarda Luiz, Maria Bueno, Anna Ribeiro, Marianna Bueno de

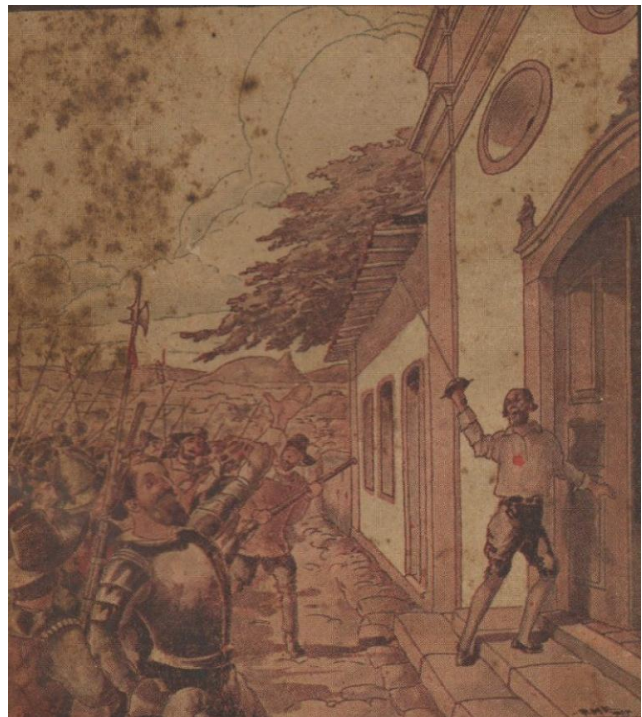



Figura 4: **"Amador Bueno, o Rei de São Paulo".** Capa do livro homônimo de Alfredo Ellis Júnior, 1.ª edição, 1936.

[2] "Aos doze dias do mês de abril do ano de mil e setecentos e cinqüenta e dois, faleceu da vida presente com os sacramentos da penitência e extrema unção o Capitão Mor Francisco Bueno da Fonseca, freguês desta freguesia natural da cidade de São Paulo de idade de oitenta e tantos anos faleceu abintestado, e está sepultado dentro de sua capela do Rosário da Cachoeira do Rio Grande de que era administrador, filial da Matriz de São João Del Rei: foi encomendado, e lhe fiz os sufrágios costumados, e para constar fiz este assento que por verdade assinei. O Vigário Manoel Caetano de Figueiredo" [COSTA, 1907: n. 3].

Oliveira e Izabel Bueno [SETTE; JUNQUEIRA]. NOVAIS [c. 1945], citando FLORENZANO [1944] acrescenta que Francisco Bueno deixou oito filhos, 48 netos, 67 bisnetos, 130 trinetos, 522 tetranetos, 1.068 pentanetos, 1.266 hexanetos, até onde se pode averiguar. Muitos destes ainda têm família em Lavras, segundo o genealogista.

De acordo com Jacy de Souza LIMA [1968], Bueno Feio participou em sua juventude da Bandeira de Garcia Rodrigues Paes (1684-1687), que marchou para Sabarabuçu a fim de positivar as descobertas de seu intrépido pai, o Caçador de Esmeraldas Fernão Dias Pais Leme. É também dito que Francisco Bueno Feio lutou bravamente sob o comando de Amador Bueno no assalto ao reduto do Rio das Mortes, durante a Guerra dos Emboabas [IHGB, 1950: v. 3, 134-135]. Com a derrota dos paulistas, ele retornou às suas terras paulistas na vila de Parnahyba, mais conhecida hoje como o município de Santana de Parnaíba. Nota-se na santa padroeira de Parnaíba a inspiração direta destes paulistas à escolha, tempos depois, de Sant'Ana como padroeira das Lavras do Funil.

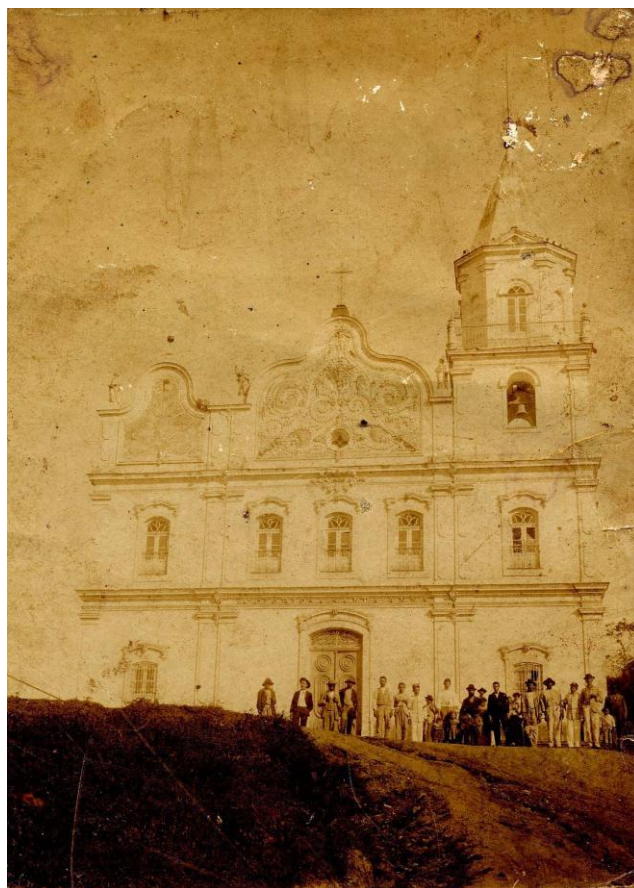



Figura 5: **Igreja Matriz de Sant'Ana do Parnaíba**, início do Século XX. Acervo da Prefeitura de Santana do Parnaíba.

6 O INCIDENTE DE 1712

Inicialmente, devo prestar meu agradecimento ao genealogista Pedro Wilson Carrano ALBUQUERQUE por ter resgatado e divulgado a história dos fundadores de Lavras no período posterior à Guerra dos Emboabas em sua obra eletrônica "*Encontro com os Ancestrais*" [1999]. Foi um breve parágrafo sobre Francisco Bueno da Fonseca que abriu todo um horizonte novo e desconhecido em nossa historiografia, a partir do registro sobre o incidente ocorrido há exatos trezentos anos, quando Bueno Feio uniu-se a vários revoltosos contra o desembargador sindicante e ouvidor-geral interino, Antônio da Cunha Souto Maior.

Observa-se que mesmo após o desfecho do conflito luso-paulista, ainda era grande o atrito entre os poderosos do início do Século XVIII. Neste contexto, cabia a Antônio da Cunha a espinhosa missão de fazer valer a justiça régia a potentados acostumados a fazer sua própria justiça. Diz ALBUQUERQUE que este fidalgo português fora incumbido de

> (a) organizar devassa contra Bartolomeu Fernandes de Faria, que em 1710 confiscara o sal do porto de Santos como reação aos preços extorsivos cobrados pelos atravessadores [SÃO PAULO, 1895: v. 3, p. 69];
> (b) verificar a ocorrência de moeda falsa, tendo sido Francisco Jorge da Silva – cunhado de Francisco Bueno – apontado como o chefe dos moedeiros que estavam praticando o crime [BLAJ, 2002: 252];
> (c) acabar com o desvio de quintos de ouro.

Entretanto, a gota d'água para a revolta por parte dos paulistas liderados por Francisco Bueno foi descrita em manuscrito genealógico anônimo datado do último quartel do Século XVIII – possivelmente atribuído a João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, 1773 [IHGB, 1869: v. 32-I, p. 223] – sobre os descendentes de Amador Bueno, e também citado por Omar Simões MAGRO [1936: 14-15][3].

Segundo consta, no dia 12 de setembro de 1712 o desembargador sindicante havia desvirginado a moça Rosa Luiz (Maria de Siqueira)[4]. A isto, os paulistas se sentiram ofendidos e desonrados, atacando assim em 28 de outubro do mesmo ano a morada de Souto

---

[3] "Noticia da Desceud.ª de Amador Bueno da Rib.ª extrahida dos Titulos Genealogicos das Familias da Capitania de S. Paulo, que se achão em poder do Ill.mo João Pr.ª Ramos de Azeredo Cout.º". *In*: SÃO PAULO, 1895, v. 4, pp. 27-33. Diz-se que este manuscrito antigo, sem data ou assinatura, foi encontrado entre os papéis velhos do general José Arouche de Toledo Rondon.

[4] A vítima posteriormente se tornaria uma famosa heroína a combater piratas argelinos. Suas aventuras são narradas por SOUZA E SILVA [1862: 92-95].

Maior. Deste modo, o magistrado lusitano se vê obrigado a fugir de São Paulo, viajando para o Rio de Janeiro – onde se casou com a moça ofendida –, e depois para Bahia e Lisboa, momento em que denuncia a violência praticada contra ele.

Não sabia Francisco Bueno da Fonseca que este incidente que hoje comemoramos seu tricentenário seria decisivo não apenas para sua vida, mas também para infinito número de indivíduos que viveram, vivem e viverão em Lavras e região, terras para qual o fundador se dirigiu, **menos como aventureiro e mais como fugitivo**.

7 REAÇÕES E DESFECHO

Deve-se ter em mente que na Colônia, os desembargadores tinham lugar de honra na sociedade, situação que a Coroa procurava assegurar [HOLANDA, 2007: 47]. Nestes termos, é evidente que atacar com armas a casa de uma autoridade régia levaria a retaliações, embora, em se tratando da posição e influência dos acusados, este processo não seria tão simples. Ilana BLAJ [*idem*] compilou várias cartas existentes nos volumes dos *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo* do desembargador a descrever o incidente e clamar ao rei D. João V que os responsáveis fossem punidos.

Na primeira carta ao monarca, de 18 de setembro de 1713 [SÃO PAULO, 1931: v. 53, pp. 97-99], onde "o desembargador sindicante Antônio da Cunha Souto Maior, dá conta da assuada que se fez contra a sua pessoa na Cidade de São Paulo", ele considera que os

> paulistas são o que sempre foram, e lhe parecia que ainda seriam piores se Vossa Majestade não mandasse castigar esta nunca vista insolência, e que tanto ofendeu o respeito e autoridade real, pois atreveram estes homens a público e notoriamente entrarem naquela cidade armados e buscarem a este ministro, que Vossa Majestade tinha mandado àquela terra por sindicante, para o matarem, como publicavam em altas vozes, entrando lhe em casa e arrombando lhe as portas, tomando as armas aos soldados que tinha de guarda e levando-as consigo, e o que mais é depois de obrarem todo o referido, se recolheram a descansar em uma casa vizinha à do mesmo ministro, sem respeito algum às mais justiças da terra; que confessa que se este ministro tivesse procedido mal, ou feito alguma injustiça escandalosa contra estes homens, e algum deles às escondidas e ocultamente o matassem, ainda que seria gravíssimo delito não era tão escandaloso, nem ofendia tanto o respeito de Vossa Majestade como este, que por tão público e escandaloso é digno, de que Vossa Majestade empenhe o seu real braço para o castigar quando seja necessário, porque de outra sorte será somente Rei e Senhor de São Paulo em o nome, e enquanto os paulistas quiserem, e assim lhe parece que se deve ordenar ao ouvidor de São Paulo que logo prenda estes réus que vão nomeados no sumário junto.

O desembargador ofendido ainda recomenda a D. João que empenhe os provedores do Rio de Janeiro, Santos, Minas e São Paulo numa ação conjunta para prender os revoltosos e levá-los à cadeia do Rio de Janeiro. Em primeira resposta, de 30 de outubro do mesmo ano, o rei designa o desembargador André Leitão de Mello (e, na sua falta, o desembargador Manoel de Azevedo) para tomar à frente no processo, além de autorizar o uso da Companhia de Infantaria de Santos.

El-Rei passaria uma provisão régia em 17 de novembro de 1713 em que mandava prender os acusados da tentativa de homicídio do desembargador Souto Maior [SÃO PAULO, 1929: v. 49, pp. 114-117]. No rol de culpados estavam: Valentim Pedroso, morador na vila de Parnaíba; Manoel d'Azambuja; Manoel Rodrigues Penteado; **Francisco Bueno**, irmão do capitão-mor de São Paulo; Luiz Pedroso; Sulpício Pedroso; Guilherme Pompeu, filho do padre Guilherme Pompeu; Romão Forquim, genro do dito padre; Francisco Pedroso; Francisco Jorge, cunhado do capitão-mor de São Paulo; Domingos Padilha; Salvador Correa; Brás de Moura, sobrinho; Joaquim Colaço, filho de Gonçalo Godói; João de Barros, sobrinho do capitão-mor Pedro Taques; os bastardos e correios que constar serem do padre Guilherme Pompeu; Bartolomeu Friz de Faria, recomendado.

Figura 6: **D. João V, o Magnânimo**. Rei de Portugal entre 1706 e 1750. Óleo atribuído a Pompeo Batoni.

A partir de correspondência do desembargador André Leitão de Mello, o Conselho Ultramarino reunido em Lisboa em 14 de novembro de 1714 orienta o magistrado sobre a devassa que deveria ser realizada. Leitão de Mello considerava que seria de muita dificuldade agir contra grande quantidade de culpados, além de entender que o delito fora cometido por particulares, e não pela comunidade em geral. Assim, o Conselho, acatando a resolução do rei, declara que deveriam ser punidos apenas os cabeças do atentado, até número de dez ou doze. Leitão de Mello alude também que seria uma deformação se ele investigasse outro sindicante, já que considerava que este não cometera crimes passíveis de castigo – e mesmo se o tivesse feito, isto não seria atenuante do atentado cometido pelos paulistas. Todavia, para "assossegar" os acusados, o Conselho pede ao desembargador para dar ouvidos às queixas

que havia contra Souto Maior, dando a entender aos paulistas que Sua Majestade poderia também castigar o sindicante. Finalmente, o Conselho reforça a necessidade de manter em sigilo a ordem régia que só seriam punidos até doze pessoas no processo. Em 20 de novembro, D. João V diz ao Conselho para avisar ao desembargador Mello que suspendesse a devassa até segunda ordem. [SÃO PAULO, 1931: v. 53, pp. 112-114].

Mais de um ano depois, próxima correspondência encontrada sobre o caso é a minuta do Conselho Ultramarino de 18 de fevereiro de 1716, a partir das cartas do desembargador Leitão de Mello. A fonte resume as ações levadas anteriormente, como a prisão no Rio de Janeiro de Domingos Pereira de Padilha, bem como registra a defesa dos acusados pelos oficiais da câmara da vila de Sant'Ana da comarca de São Paulo: eles apreciam as queixas dos procedimentos do desembargador Souto Maior e também pedem ao monarca que os acusados sejam transferidos à cadeia de São Paulo, e que as penas de degredo que tiveram sejam para os sertões da capitania paulista. Os conselheiros informam que aparentemente o desembargador Mello desconhecia a resolução do rei para suspender a devassa e, por conseguinte, ela ocorreu. O Conselho dá seu parecer a D. João sugerindo a libertação dos presos no Rio de Janeiro e em São Paulo. A devassa feita sem consentimento do monarca era sem efeito, mas como ocorrera, Sua Majestade posteriormente iria confirmá-la ou não [*Ibidem*, pp. 119-120].

Falta-nos a resolução régia nas fontes disponíveis, se é que ela foi expressa: em carta do Conselho Ultramarino de 18 de abril de 1718, os Conselheiros lembram o rei sobre a necessidade de se pronunciar sobre os presos e suas penas [BRASIL, 1952: v. 97, pp. 130-131].

Lamento não ter encontrado mais fontes sobre o resultado do processo contra os paulistas, em específico contra Francisco Bueno[5]. Sabe-se que havia certa morosidade na justiça colonial, porém ignoramos se ele chegou a ser preso, condenado – possivelmente ao degredo –, ou apenas se evadira fugitivo aos sertões.

Uma pista pode ser a carta de 24 de junho de 1723 do capitão-general de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, ao vice-rei do Brasil. Nesta fonte, Meneses conta a descoberta das minas em Cuiabá e que Luiz Pedroso de Barros, um dos acusados da assuada de 1712, se dispunha, junto de seus sócios, a abrirem um caminho à região, "sem mais interesse que perdoar lhe Sua Majestade, que Deus o guarde, o crime porque fora sentenciado pelo

[5] Se o leitor tiver mais sorte e dispuser de biblioteca mais farta, convinha tentar as respostas nas obras da história paulista de Afonso d'Escragnolle Taunay publicadas na época do IV Centenário de São Paulo (1954).

desembargador ouvidor-geral” [IHGB, 1950: v. 1, 215; SÃO PAULO, 1896: v. 20, pp. 69-71]. Por este trecho, presume-se que pelo menos até 1723 ainda pesavam sanções aos envolvidos no grave acontecimento da década anterior.

Coincidência ou não, tal como Luiz Pedroso, Francisco Bueno da Fonseca também se envolveria na abertura de picadas para o interior da colônia, como as explorações iniciadas em 1733 que vislumbravam a extensão do caminho às minas de Goiás [IHGB, 1864: v. 27-I, p. 73] e confirmadas em 1736 [NÉMETH-TORRES, 2010: 32].

Futuras pesquisas poderão sanar as dúvidas que ficaram; mas é inegável que a história de Francisco Bueno em Parnaíba acabara já no final da década de 1710, quando seu destino de fundador das Lavras do Funil estava definido. E quando exatamente foi esta transferência, cuja data evocaria a verdadeira fundação do primeiro povoado?

8 DE PARNAÍBA ÀS LAVRAS DO FUNIL

Se por um lado permanece incógnito o paradeiro de Bueno Feio após o incidente de 1712, por outro sabemos que na década de 1720 ele já estava estabelecido na recém-criada capitania das Minas Gerais.

Figuras 7 a 10: **Paisagens antigas de Lavras**. Estas imagens dos arquivos do IBGE foram feitas nos anos 1940 e mostram áreas não urbanizadas, cujo aspecto não deveria ser muito diferente daquele visto pelos primeiros habitantes da região.

Desde 1907, quando o comendador Ângelo Eloy da Câmara compulsou o *Diccionario* do "maleável" Milliet de Saint-Adolphe, o ano de 1720 cristalizou-se como marco originário da fundação de Lavras. E, conforme dito, alguns historiadores locais até especularam sobre ocorridos na região em datas anteriores, porém sem nada muito substancial.

Não se sabe qual a referência que Saint-Adolphe teve para estabelecer a data, e não se descarta a possibilidade deste viajante francês da primeira metade do Século XIX ter chegado a ela pela memória oral.

Mesmo tendo apenas pouquíssimo tempo e recursos mínimos para pesquisar, um bocado de paciência e uma conexão à rede mundial de computadores trouxeram alguns dados interessantes em fontes primárias ainda mais antigas, do Século XVIII. São precisamente três documentos históricos a levantarem datas da ocupação, sendo os dois primeiros já conhecidos, cuja elaboração foi feita *manu proprio* ou por indivíduos próximos aos fundadores.

- **± 1729**

  (Carta de sesmaria de 1737 a Francisco Bueno da Fonseca e outros).

  O documento publicado em 1899 na *Revista do Archivo Público Mineiro* [pp. 887-888] diz que os moradores tinham posses e feitorias na região há mais de sete anos. Com base no que disse FLORENZANO [1944], pode-se julgar que a região especificada fosse aquém do Rio Capivari, no território atual de Lavras.

Ao Capitão Pedro da Silva de Miranda e outros

Martinho de Mendonça de Pina de Proença etc. – Faço saber aos que esta minha carta de Sesmaria virem, que tendo respeito a me representarem o capitão de cavalos Pedro da Silva de Miranda, Francisco Bueno da Fonseca, Salvador Jorge Bueno, Pascoal Leite Paes, Diogo Bueno, e Manoel Francisco Xavier Bueno, que eles suplicantes se achavam com grande número de negros sem terras nem matos em que os pudessem ocupar para se utilizarem à Fazenda de Sua Majestade com aumento dos Reais Dízimos: **e porque tinham posses e feitorias há mais de sete anos** [grifo meu] no Funil do Rio Grande, comarca do Rio das Mortes, queriam por sesmaria as terras e matas que compreendem o dito Funil do Rio Grande, correndo rio abaixo até onde atocha um morro no mesmo rio, e neste em pouca distância faz barra o Ribeirão das Faisqueiras[6] que serão três léguas de comprido desde o referido Funil até a barra do Ribeirão, e de testada terá o campo que uma légua e meia (...). Dada em Villa Rica a quinze de janeiro de mil setecentos e trinta e sete. – o Secretário etc. Martinho de Mendonça de Pina e de Proença.

[6] Trata-se do atual Ribeirão Vermelho que corta a zona norte da cidade e que corre até o município homônimo.

- **± 1723**

  (Carta de sesmaria de 1753 a Diogo Bueno da Fonseca e outros).

  Este documento publicado na *Revista do Archivo Público Mineiro* em 1898 [pp. 912-914] já era conhecido por Firmino COSTA desde 1907 [n. 3], mas não se foi dado o devido valor às informações nele contidas. Mesmo sendo uma fonte um pouco mais tardia, através dela afirma-se que a ocupação da área se dera há cerca de trinta anos, ou seja, por volta de 1723.

A Diogo Bueno da Fonseca e outros

José Antônio Gomes Freire de Andrade, tenente coronel de Cavalaria com governo desta Capitania de Minas Gerais. – Faço saber aos que esta minha carta de Sesmaria virem, que tendo respeito a me representar por sua petição **Diogo Bueno da Fonseca, que haveria, trinta anos pouco mais ou menos**, fora em companhia de seu pai com grande risco de sua vida e despesas a descobrir e povoar o sertão do Rio Grande abaixo, e Capivari, comarca do Rio das Mortes, e freguesia das Carrancas, donde o suplicante mora, digo, ora morador com bastante família, junto com seus vizinhos que também eram moradores na dita paragem, há mais de dez anos, com grande número de família e fábrica; os que era nomeados João de Almeida Pedroso, Carlos Martins de Souza, Estêvão Rodrigues Branco, Manoel Pereira Souto, Francisco Bueno da Fonseca, Salvador Jorge Bueno, Diogo da Fonseca Leme e Domingos da Silva Ramos querendo todos alcançar por sesmaria desde a Serra das Carrancas, pelo Ribeirão dos Tabuões, abaixo, atravessando pela parte do poente do morro do Barreiro, fechando ao norte, e ao lugar chamado Palmital, onde um dos suplicantes tinha sua roça, que poderiam ter três léguas em quadra, fazendo pião onde mais conviesse para os poderem utilizar cada um só de tudo aquilo que tivesse trabalhado (...). Dada em Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, a trinta de janeiro do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinqüenta e três.

- **± 1721**

  (Genealogia de Amador Bueno, 1773).

  A “Notícia da Descendência de Amador Bueno da Ribeira, extraída dos títulos genealógicos das famílias da Capitania de São Paulo que se acham em poder do ilustríssimo João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho” é uma fonte inédita na historiografia de Lavras. Originalmente foi publicada em 1895 no quarto volume dos *Documentos Interessantes para a História e costumes de São Paulo* [pp. 27-30] e já citada neste trabalho. Seu conteúdo é notoriamente influenciado pela carta de sesmaria de 1753, e, se observarmos o volume 32-I da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* [1869: 223], pode-se aferir que ele se originou de uma representação de Diogo Bueno de 1772 para confirmar a posse de suas terras. Segue a transcrição, com a grafia atualizada:

> Diogo Bueno da Fonseca, Capitão da Cavalaria Auxiliar e Guarda-mor das Minas de Santa Ana das Lavras do Funil: **descobridor e povoador com seu pai [Francisco Bueno] pelos anos de 1721 do sertão do Rio Grande abaixo e Rio Capivari**, comarca do Rio das Mortes, e Freguesia de Carrancas, onde ele estava estabelecido com bastante família em 1772, no qual ano requereu a confirmação de uma sesmaria em seu nome e de outros parentes de coisa de três léguas desde a serra das Carrancas pelo Ribeirão dos Tabuões, etc., a qual sesmaria lhe fora concedida pelo Governador das Minas, José Antônio Freire de Andrade em 1753. Tem de seu matrimônio doze filhos, dos quais sete são varões, cujo estado presente ignoro.

Se analisarmos as semelhanças das duas últimas fontes, não deixa de ser intrigante que a fonte mais tardia é também a mais específica em relação à datação: "pelos anos de 1721...". Esta data varia um pouco da apresentada por Saint-Adolphe, mas não é uma diferença gritante. Até que outro documento mais preciso seja encontrado, é aceitável estabelecer a chegada dos Bueno da Fonseca em princípio da década de 1720, provavelmente com moradias já em 1721. Faltando menos de dez anos para a comemoração do tricentenário de Lavras, torna-se importante que mais pesquisas sejam feitas para solucionar este impasse.

9 A PEQUENA "IDADE DAS TREVAS"

Em Historiografia, podemos definir "idade das trevas" como uma época em que as fontes existentes são escassas se comparadas a épocas anteriores ou posteriores, como foram os Períodos Intermediários no Egito Antigo ou a situação da Grã Bretanha após as invasões germânicas.

Temos também a nossa "idade das trevas". Não deixa de ser relevante e ao mesmo tempo desafiador entender o que foi dos Bueno da Fonseca no restante da década de 1720, sabendo que somente na década seguinte sua presença se faz mais sentida nos registros históricos. Aliás, de certo modo este fenômeno é generalizado a toda região de Carrancas até o Capivari, como se observa nos estudos da DIOCESE DE CAMPANHA [1948: 13-19] e também nos microfilmes do livro de batismos de Carrancas (1723-1742), disponíveis nos arquivos da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Os assentamentos no livro são poucos antes de 1730, geralmente ligados à família Piza e Castelhanos e feitos nos próprios sítios dos viventes.

Estavam entre as primeiras famílias a se estabelecer na região segundo os registros batismais: [Carrancas] – capitão João Toledo Piza e Castelhanos, Miguel Pires Barreto, José

da Costa de Morais, padre Lourenço Toledo Taques (1721); Cosme de Almeida, Simão Álvares Mousinho (1725); Sebastião Gil de Siqueira, Manuel Felício (1726); João Pinheiro, Francisco Viegas, capitão Gaspar Vaz da Silveira (1727); Guilherme Nunes da Costa, Antônio Gonçalves Branco, capitão Francisco Félix (1728); José Ferreira Barreto (1729). [Jaguara] – Salvador Corrêa Bocarro, Bento de Castelhanos (1724). [Sítio de] – Martinho Silva, Manuel de Mendonça (1724). [Cipotiva] – Bartolomeu Francisco Vieira (1729).

Lembra AMATO [1996: 77-78] que em 20 de fevereiro de 1729 começaram a ser designados pela Cúria do Rio de Janeiro padres capelães curados à capela de Inácio Franco Torres, a capela de Nossa Senhora da Conceição das Carrancas. Na dinâmica colonial, este título era fundamental para que as aglomerações populacionais se desenvolvessem, pois era o reconhecimento formal de um povoado.

Como conseqüência imediata da chegada do novo capelão curado, os registros de batismos passaram a ser mais comuns, ao que se supõe que a população existente era relevante, e que também novos colonizadores vieram a se estabelecer.

10 EPÍLOGO

O pai de Francisco Bueno, Diogo Bueno, faleceu em 1700 e apenas em 22 de agosto de 1729 seu inventário foi aberto por uma de suas filhas [SETTE; JUNQUEIRA]. Dos varões, diz-se que Bartolomeu e Francisco estavam ausentes de São Paulo, o primeiro no Campo dos Goitacazes e o segundo nas Minas Gerais. Ignoramos mais detalhes pontuais sobre a família dos fundadores, detalhes que poderiam ser revelados a quem tiver possibilidade de consultar bibliotecas e arquivos sobre os bandeirantes diretamente em São Paulo.

Dos Bueno da Fonseca, o capitão-mor Francisco era administrador da capela de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira do Rio Grande em 1732 [DIOCESE DE CAMPANHA, 1948: 16], também conhecida como Nossa Senhora do Rosário de Ibituruna, e que entre 1742 e 1752 passou a ser filial de São João del-Rei. Francisco viria a falecer em 1752, sendo enterrado nesta capela. Quanto aos seus descendentes, eles habitaram a área da atual cidade de Lavras que até meados do Século XVIII era chamada de "Arraial dos Bueno" em mapas da época. Os guarda-mores Diogo Bueno da Fonseca (primogênito de Francisco) e Bartolomeu Bueno do Prado (genro do patriarca) tiveram grande destaque na guerra aos quilombos do Campo Grande promovida pela capitania na década de 1750... ou seja, de perseguidos

políticos décadas antes, a família Bueno da Fonseca voltava agora a ter muito prestígio junto ao governo, situação que também contribuiu para o crescimento das Lavras do Funil, a exemplo da transferência da sede da paróquia de Conceição das Carrancas para a Sant'Ana das Lavras em 1760 [NÉMETH-TORRES, 2010: 39-46]. O último dos guarda-mores de Lavras ligado à família fundadora foi o capitão João Crisóstomo da Silva Bueno, neto de Diogo Bueno da Fonseca. João Crisóstomo faleceu na fazenda dos Tabuões em 1838, quando então novas famílias passavam a assumir a liderança política da vila, como os Botelho e os Sales.

11 QUADRO CRONOLÓGICO

~ 6000-1 a.C.:	Presença humana na Serra do Lenheiro, São João del-Rei.
~ 1000 a.C.:	Presença humana na Toca do Índio, Andrelândia.
1601:	Bandeira de André de Leão.
< 1672:	Nasce Francisco Bueno Luiz da Fonseca, também chamado Francisco Bueno Feio, em Santana do Parnaíba, São Paulo.
1674-1675:	Bandeira de Fernão Dias pousa em Ibituruna.
1684-1687:	Bandeira de Garcia Rodrigues Paes marcha para Sabarabuçu; Bueno Feio pode ter participado.
c. 1701-1715:	O capitão Manoel Garcia Velho era proprietário de uma fazenda na região de Carrancas.
1709:	Guerra dos Emboabas: assalto ao reduto do Rio das Mortes, onde Bueno Feio lutou.
1709?:	Estabelecimento da "Guarda Coruja" na Serra das Carrancas.
1712:	Em São Paulo ocorre a assuada contra o desembargador Souto Maior.
1715:	João de Toledo Piza e Castelhanos compra a fazenda de Garcia Velho.
10.05.1718:	João de Toledo recebe carta de sesmaria no Rio Grande.
08.1721:	Branca Teresa de Toledo é batizada na igreja de Nossa Senhora da Conceição do Rio Grande.
c. 1721:	**Os Bueno da Fonseca povoam o sertão do Rio Grande abaixo e Rio Capivari.**
20.02.1729:	Primeira designação de padres capelães curados à capela de Carrancas.
c. 1729:	**Os Bueno da Fonseca ocupam a região a oeste do Capivari.**
1732:	Francisco Bueno é administrador da capela de N. S. do Rosário da Cachoeira do Rio Grande.
1733:	Francisco Bueno se envolve nas explorações para o novo Caminho de Goiás.
15.01.1737:	Os Bueno da Fonseca recebem carta de sesmaria na região das Lavras do Funil.
18.09.1751:	Concedida licença para construção da capela de Sant'Ana.
12.04.1752:	Falece o capitão Francisco Bueno da Fonseca, sendo sepultado em sua capela de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira do Rio Grande.
30.01.1753:	Novas cartas de sesmaria são oferecidas aos Bueno da Fonseca.
01.05.1907:	Firmino Costa publica seus primeiros capítulos sobre as origens de Lavras em seu jornal *Vida Escolar*.

12 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Pedro Wilson Carrano. **Encontro com os Ancestrais**. Brasília: P.W.C. Albuquerque, 1999. Versão eletrônica: < http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=3272&cat=Ensaios&vinda=S >.

ARAÚJO, Cônego Hugo Bressane de. **Notícias Históricas**, v. 3: O Início de Lavras. Campanha: Colombo, 1925. 25 p.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Roteiro das Esmeraldas**: A Bandeira de Fernão Dias Pais. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979. 133 p. (Coleção Documentos Brasileiros, v. 188).

BLAJ, Ilana. **A trama das tensões**: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002. 396 p.

BRASIL, Ministério da Educação e Saúde. **Documentos Históricos**: Consultas do Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro – Bahia, 1716-1721. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952, v. 97, pp. 130-131.

COSTA, Firmino. **Vida Escolar**. Lavras: 1907. Ano I, n. 1, 1 mai. 1907; n. 3, 1 jun. 1907; n. 7, 1 ago. 1907; n. 8, 15 ago. 1907.

COSTA, Firmino. História de Lavras. *In*: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano XVI, jan./jun. 1911, pp. 125-160.

DERBY, Orville. O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas. *In*: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo: 1899, v. 4, pp. 319-350.

DIOCESE DE CAMPANHA. **Anuário Eclesiástico da Diocese de Campanha**, v. 10. Campanha: Santo Antônio, 1948. 83 p.

FLORENZANO, Ary. Descendentes de Amador Bueno, o Aclamado “Rei de São Paulo”: Os Bueno da Fonseca. *In*: MOYA, Salvador de. **Anuário Genealógico Brasileiro**. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1944, v. 6-7, pp. 55-56.

HOLANDA, Bartolomeu Buarque de. **Buarque**: uma família brasileira – Ensaio histórico-genealógico, v. 2. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biblioteca do IBGE**. < https://biblioteca.ibge.gov.br >.

IGREJA de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. **Family Search**. < https://familysearch.org >. Brazil, Catholic Church Records > Minas Gerais > Carrancas > Nossa Senhora da Conceição > Batismos 1723-1742.

IHGB, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Revista trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil**. Rio de Janeiro: Domingos Luiz dos Santos, 1864, v. 27-I, p. 73; B. L. Garnier, 1869, v. 32-I, p. 223.

IHGB, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Anais do IV Congresso de História Nacional [21-28 abril de 1949]**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950, v. 1, p. 215; v. 3, pp. 124-135.

LAVRAS. Lei n.º 3.845, de 14 de junho de 2012. Institui o dia 26 (vinte e seis) de julho como data comemorativa de fundação do arraial das Lavras do Funil e dá outras providências. *In*: **Diário Oficial do Município de Lavras**, n. 385, 14 jun. 2012.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana**, v. I. São Paulo: Duprat, 1903. 549 p.

LIMA, Jacy de Souza. Lavras de Ouro e das Escolas. *In*: **A Gazeta**, 1958; **Tribuna de Lavras**, 1968.

MAGRO, Omar Simões. A Legião de São Paulo e o Regimento de Infantaria de Santos nas Campanhas do Sul. *In*: **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, 1936, n. 24, pp. 3-114.

MINAS GERAIS. **Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes**. Belo Horizonte: Serviço de Estatística da Secretaria de Estado da Agricultura, 1927. Internet: < www.albumchorographico1927.com.br >.

NÉMETH-TORRES, Geovani. **Os 250 Anos da Paróquia de Sant'Ana**: Uma História da Igreja Católica em Lavras. Lavras: Edição do Autor, 2010. 104 p.

NOVAIS, Waldemar. **Sinopse Histórico Corográfica do Município de Lavras, Minas Gerais**. Lavras: c. 1945.

PEREIRA, Márcio Mota. **Filiação das pinturas rupestres do sítio arqueológico da Toca do Índio – Andrelândia, Minas Gerais**. São João del-Rei: UFSJ, 2007, 57 p. (Monografia de Bacharelado de História orientada por Dr. Moisés Romanazzi Tôrres).

PROUS, André. As primeiras populações do Estado de Minas Gerais**.** *In*: TENÓRIO, Maria C. (Org.). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, pp. 101-114. *Apud*: PEREIRA, Márcio Mota. *op. cit.*

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. **Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo, do Imperio do Brazil**. Paris: J. P. Aillaud, 1845, tomo I, pp. 556-557.

SOUZA E SILVA, José Norberto de. D. Maria **Brasileiras Célebres**. Rio de Janeiro, Paris: Garnier, 1862. 232 p.

RESENDE, Maria Leônia C. de *et ali*. Mapeamento da arte rupestre na Estrada Real. *In*: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: 2010, v. 2, pp. 108-125.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Cartas de Sesmaria. *In*: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano III, 1898, pp. 787-927; Ano IV, 1899, pp. 847-924.

SÃO PAULO, Arquivo do Estado de. **Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Aurora, 1895, v. 3, p. 69; v. 4, pp. 27-33; 1896, v. 20, pp. 69-71; 1929, v. 29, pp. 114-117; 1931, v. 53, pp. 97-99, pp. 112-114. Internet: www.delphos.biblioteca.unesp.br.

SETTE, Bartyra; JUNQUEIRA, Regina Moraes. Inventário de Diogo Bueno – 1700. *In*: **Projeto Compartilhar**. < /www.projetocompartilhar.org/SAESPp/diogobueno1700mariadeoliveira1699.htm >; Os Bueno da Fonseca em Lavras. < http://www.projetocompartilhar.org/Familia/BuenodaFonsecaemLavras.htm >. Atualizado em 06 jun. 2012.

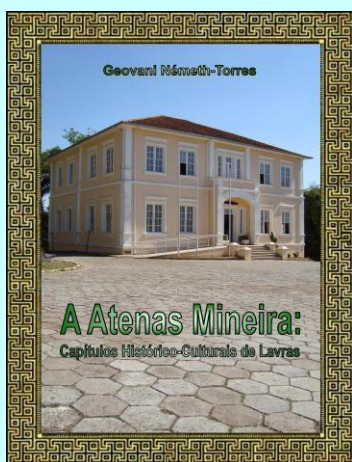
TEIXEIRA, Fausto. **Efemérides Lavrenses**. Lavras, 1954. 3 v. Manuscrito.

USINA DO FUNIL. **Projeto de Salvamento do Patrimônio Natural, Arqueológico e Cultural**. < www.ahefunil.com.br/home/meio-ambiente/patrimonio >.

SÉRIE LAVRENSIANA

Volume I:

NÉMETH-TORRES, Geovani. **Os 250 Anos da Paróquia de Sant'Ana**: Uma História da Igreja Católica em Lavras. Lavras: Edição do Autor, 2010. 104 p. [Livro Impresso].

Obra comemorativa que trás os principais aspectos da Igreja Católica em Lavras, desde a fundação do arraial no Século XVIII até o início do Século XXI.

Volume II:

NÉMETH-TORRES, Geovani. **A Atenas Mineira**: Capítulos Histórico-Culturais de Lavras. Lavras: Edição do Autor, 2011. 34 p. [Livro Eletrônico].

Aproveitando o 180.º aniversário do município de Lavras, este opúsculo é um singelo esforço de relembrar algumas memórias da Terra dos Ipês e das Escolas publicadas na quarta fase do jornal "Acrópole".

O Autor: Geovani Németh-Torres nasceu em Lavras, Minas Gerais, em 1986. É formado em História pela Universidade Federal de São João del-Rei (2007) e Educação Especial para Talentosos e Bem Dotados pela Universidade Federal de Lavras (2009). Esteve um ano na República Tcheca onde atuou como voluntário no programa *European Voluntary Service.* Atualmente trabalha no CEDET – Centro para o Desenvolvimento do Potencial e Talento – da Prefeitura Municipal de Lavras.